



Centro Social e Paroquial de Carnide


Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2017

Índice

Balanço.....	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
Anexo	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	9
3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	10
3.1. Ativos Fixos Tangíveis	10
3.2. Inventários	11
3.3. Instrumentos Financeiros	11
3.4. Fundos Patrimoniais	12
3.5. Rédito.....	14
3.6. Principais estimativas e julgamentos apresentados.....	15
3.7. Especialização de exercícios	15
3.8. Acontecimentos subsequentes.....	15
4. Ativos Fixos Tangíveis	16
5. Ativos Intangíveis.....	17
6. Locações.....	18
7. Inventários	18
8. Réditos	19
9. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	19
10. Benefícios dos empregados.....	19
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	20
12. Outras Informações	21
12.1. Créditos a receber.....	21
12.2. Outros ativos correntes	21
12.3. Diferimentos	22
12.4. Caixa e Depósitos Bancários	22
12.5. Fundos Patrimoniais	22
12.6. Estado e Outros Entes Públicos	22
12.7. Outros Passivos Correntes.....	23

12.8. Subsídios, doações e legados à exploração	23
12.9. Fornecimentos e serviços externos	23
12.10. Outros rendimentos.....	23
12.11. Outros gastos.....	24
12.12. Resultados Financeiros	24
12.13. Investimentos Financeiros.....	24
12.14. Demonstração de Resultados por Natureza por Valências	25
12.15. Acontecimentos após data de Balanço	26




Balanço

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017			
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	104 031,34	116 882,61
Ativos intangíveis	5	-	-
Investimentos financeiros	12.13	2 567,15	1 638,49
Subtotal		106 598,49	118 521,10
Ativo corrente			
Inventários	7	-	4 982,77
Créditos a receber	12.1	39 225,50	17 586,85
Diferimentos	12.3	5 069,75	11 129,34
Outros ativos correntes	12.2	33 005,22	32 015,77
Caixa e depósitos bancários	12.4	1 059 089,48	1 045 707,22
Subtotal		1 136 389,95	1 111 421,95
Total do Ativo		1 242 988,44	1 229 943,05
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.5	37 109,73	37 109,73
Resultados transitados	12.5	1 025 111,71	1 020 679,12
Resultado Líquido do período	12.5	(2 051,54)	4 432,59
Total do fundo do capital		1 060 169,90	1 062 221,44
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores		30 739,12	41 383,18
Estado e outros Entes Públicos	12.6	17 951,11	17 793,25
Financiamentos obtidos	6	273,50	867,61
Outros passivos correntes	12.7	133 854,81	107 677,57
Subtotal		182 818,54	167 721,61
Total do passivo		182 818,54	167 721,61
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 242 988,44	1 229 943,05

Lisboa, 23 de Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Demonstração dos Resultados por Naturezas**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS****PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	536 989,02	531 312,95
Subsídios, doações e legados à exploração	9	569 256,49	572 124,82
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(148 245,16)	(133 607,35)
Fornecimentos e serviços externos	12.9	(219 713,29)	(242 842,60)
Gastos com o pessoal	10	(726 990,23)	(731 949,12)
Outros rendimentos	12.10	24 513,14	57 160,19
Outros gastos	12.11	(25 157,93)	(13 506,02)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		10 652,04	38 692,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(15 948,41)	(42 656,71)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(5 296,37)	(3 963,84)
Juros e rendimentos similares obtidos	12.12	3 251,09	8 586,40
Juros e gastos similares suportados	12.12	(6,26)	(189,97)
Resultados antes de impostos		(2 051,54)	4 432,59
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(2 051,54)	4 432,59

Lisboa, 23 de Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2016					
	Fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total	
1	37.109,73	1.074.018,32	-12.854,99	1.098.273,06	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-40.484,21		-40.484,21	
		-12.854,99	12.854,99	0,00	
2	0,00	-53.339,20	12.854,99	-40.484,21	
3	0,00	0,00	4.432,59	4.432,59	
4=2+3	0,00	-53.339,20	17.287,58	-36.051,62	
5	0,00	0,00	0,00	0,00	
6=1+2+3+5	37.109,73	1.020.679,12	4.432,59	1.062.221,44	

Lisboa, 23 de Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

	Fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total
6 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	37.109,73	1.020.679,12	4.432,59	1.062.221,44
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				
Alterações de políticas contabilísticas		4.432,59	-4.432,59	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	0,00	4.432,59	-4.432,59	0,00
7				
8 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			-2.051,54	-2.051,54
9=7+8 RESULTADO EXTENSIVO		4.432,59	-6.484,13	-2.051,54
10 OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	0,00
6+7+8+10 POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	37.109,73	1.025.111,71	-2.051,54	1.060.169,90

Lisboa, 23 de Março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo)

Moeda:
EUR

	Exercícios	
	2017	2016
Actividades operacionais		
Recebimentos de Clientes	513 596,29	518 292,33
Pagamentos a Fornecedores	-319 816,10	-305 429,68
Pagamentos ao Pessoal	-473 989,17	-467 339,23
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>	-280 208,98	-254 476,58
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional	274 389,32	271 820,28
<i>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</i>	-5 819,66	17 343,70
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	0,00	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	0,00	0,00
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>		
	-5 819,66	17 343,70
Actividades de Investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	300 129,00	0,00
Imobilizações corpóreas	0,00	0,00
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00
Subsídios de investimento	0,00	0,00
Juros e proveitos similares	2 922,76	8 586,40
Dividendos	0,00	0,00
.....		
	303 051,76	8 586,40
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-300 000,00	0,00
Imobilizações corpóreas	0,00	-37 039,32
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00
.....		
.....		
Soma.....	-300 000,00	-37 039,32
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>		
	3 051,76	-28 452,92
Actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	0,00	0,00
Subsídios de doações	16 199,07	50 588,13
Vendas de acções (quotas) próprias	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
.....		
	16 199,07	50 588,13
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	0,00	-18 993,15
Amortização de contratos de locação financeira	0,00	
Juros e custos similares	-48,91	-189,97
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e prestações suplementares	0,00	0,00
Aquisições de acções (quotas) próprias	0,00	0,00
.....		
	-48,91	-19 183,12
<i>Fluxos de actividades de financiamento (3)</i>		
	16 150,16	31 405,01
<i>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</i>		
	13 382,26	20 295,79
<i>Efeitos das diferenças de câmbio</i>	0,00	0,00
<i>Caixa e seus equivalentes no início do período</i>	1 045 707,22	1 025 411,43
<i>Caixa e seus equivalentes no fim do período</i>	1 059 089,48	1 045 707,22

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Social e Paroquial de Carnide (CSPC) é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 157 de 09/07/1996, Série III, com o n.º de registo da segurança social n.º 57/85, tem sede na Estrada da Correia, n.º 6, Carnide, Lisboa. Tem como principal atividade o apoio social, educacional, psicológico, espiritual, de reabilitação e de cuidados de saúde primários contribuindo assim para a qualidade de vida dos seus utentes.

O CSPC é constituído por 5 respostas sociais: Creche, Jardim de Infância e ATL na área da infância, Centro Dia e Apoio Domiciliário na área dos idosos.

Nº médio de Utentes por resposta social

Valências	Nº Utentes	
	2017	2016
Apoio Domiciliário	41	30
Centro Dia	44	40
Creche	40	40
Jardim de Infância	71	75
ATL	62	50
Total nº médio utentes	258	235

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos do CSPC e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adoptou:

As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, que instituiu o ESNL;

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF -ESNL, as políticas contabilísticas adoptadas pela empresa foram as seguintes:

3.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos ao CSPC a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que o CSPC tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	4 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 7 anos

O CSPC revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

O CSPC adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “*Instrumentos Financeiros*” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
-

- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

3.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.4.1. Financiamentos Obtidos

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram no CSPC por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.4.2. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais do CSPC dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A IPSS durante o ano de 2017 não praticou nenhuma atividade sujeita a IRC não resultando qualquer valor de imposto de pagar.

3.5. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o CSPC;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.6. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do CSPC são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Direção Nacional, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

3.7. Especialização de exercícios

O CSPC regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.8. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não

dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Ativos Fixos Tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Direção para os ativos e negócios em questão.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Direção no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	430.892,55	-	-	-	-	430.892,55
Equipamento básico	276.613,66	3.677,70	-	-	-	280.291,36
Equipamento de transporte	183.787,93	33.361,62	-	-	-	217.149,55
Equipamento administrativo	143.694,95	-	-	-	-	143.694,95
Outros Ativos fixos tangíveis	16.372,96	-	-	-	-	16.372,96
Investimentos em Curso	6.996,06	-	-	(6.996,06)	-	-
Total	1.058.358,11	37.039,32	-	(6.996,06)	-	1.088.401,37
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	330.288,03	23.755,42	-	-	-	354.043,45
Equipamento básico	261.793,41	14.644,14	-	-	-	276.437,55
Equipamento de transporte	180.617,28	3.170,65	-	-	-	183.787,93
Equipamento administrativo	141.306,96	917,99	-	-	-	142.224,95
Outros Ativos fixos tangíveis	14.856,37	168,51	-	-	-	15.024,88
Total	928.862,05	42.656,71	-	-	-	971.518,76

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Edifícios e outras construções	430 892,55	-	-	-	-	430 892,55
Equipamento básico	280 291,36	3 097,14	-	-	-	283 388,50
Equipamento de transporte	217 149,55	-	-	-	-	217 149,55
Equipamento administrativo	143 694,95	-	-	-	-	143 694,95
Outros Ativos fixos tangíveis	16 372,96	-	-	-	-	16 372,96
Total	1 088 401,37	3 097,14	-	-	-	1 091 498,51
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	354 043,45	4 713,77	-	-	-	358 757,22
Equipamento básico	276 437,55	2 725,73	-	-	-	279 163,28
Equipamento de transporte	183 787,93	8 340,40	-	-	-	192 128,33
Equipamento administrativo	142 224,95	-	-	-	-	142 224,95
Outros Ativos fixos tangíveis	15 024,88	168,51	-	-	-	15 193,39
Total	971 518,76	15 948,41	-	-	-	987 467,17

5. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Gasto						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Investimento em curso	33.488,15	-	-	(33.488,15)	-	-
Total	33.488,15	-	-	(33.488,15)	-	-
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Investimento em curso	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Gasto						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Investimento em curso	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Investimento em curso	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

6. Locações

O CSPC detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

ATIVOS ADQUIRIDOS COM RECURSO À LOCAÇÃO FINANCEIRA	(Euros)					
	2017			2016		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantias Escrituradas	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantias Escrituradas
Terrenos e Recursos Naturais						
Edifícios e Outras Construções						
Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00	70.271,40	(70.271,40)	0
Equipamento de Transporte	0,00	0,00	0,00	15.853,29	(15.823,29)	0
Equipamento Biológico						
Equipamento Administrativo	0,00	0,00	0,00	2.610,60	(2.610,60)	0
Outros Ativos Fixos Tangíveis						
Total	0,00	0,00	0,00	88.735,29	-88.705,29	0,00

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Inventários

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias	-	1.106,63	-	-	32,60	-	-
Matérias-primas	2.787,13	53.645,98	81.050,38	4.982,77	68.356,06	74.873,73	-
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.787,13	54.752,61	81.050,38	4.982,77	68.388,66	74.873,73	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				133.607,35			148.245,16
Variações nos inventários da produção				-			-

De referir que os valores das reclassificações e regularizações incluem donativos em espécie do Banco Alimentar e do Pingo Doce, conforme se apresenta a seguir:

Donativos em Especie	2016	2017
Banco Alimentar	40 444,73	45 285,65
Farmácia Idanha	1 334,63	
Entreajuda	1 355,60	
Pingo Doce	40 000,36	35 483,28
Outros	2 573,87	
Total	83 135,32	80 768,93

8. Réditos

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Prestação de Serviços	536.989,02	531.312,95
Mensalidades utentes	536.089,02	529.627,95
Infância e Juventude	372.630,99	383.417,74
Creche	95.925,80	88.298,26
Jardim Infância	169.866,14	174.093,37
ATL	106.839,05	121.026,11
Família e Comunidade	27.753,81	32.318,32
Invalidez e reabilitação	0,00	0,00
Terceira Idade	135.704,22	113.891,89
Centro Dia	133.690,14	49.569,77
Apoio Domiciliário	2.014,08	64.322,12
Quotas e Jóias	900,00	1.685,00
Total	536.989,02	531.312,95

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o CSPC tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo:		
Centro Regional de Segurança Social	471.763,49	474.173,07
Instituto do Emprego e Formação Profissional		1.042,56
Junta Freguesia de Carnide	725,00	3.900,00
Camara Municipal de Lisboa		
Total	472.488,49	479.115,63

Descrição	2017	2016
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações e heranças:	96.768,00	93.009,19
Donativos em numerário	15.999,07	7.300,00
Donativos em especie	80.768,93	85.709,19
Total	96.768,00	93.009,19

10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2016 e 2015, foram de 8.

Os órgãos sociais do CSPC não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O quadro de recursos humanos da instituição no exercício de 2017 manteve os 51 trabalhadores, conforme o quadro seguinte:

Empregados por categoria profissional	2017	2016
Educadoras de Infância	6	6
Ajudantes de Ação Educativa	16	17
Animadora Sociocultural	1	1
Ajudantes Ação Direta	9	8
Motorista	2	2
Cozinheiras	2	2
Escriturário	1	1
Tesoureiro	2	2
Coordenadora Pedagógica	1	1
Diretor Técnico	1	1
Psicóloga	1	1
Enfermeira	1	1
Fisioterapeuta	1	1
Técnico de ATL	1	1
Prof. 2º e 3º Ciclo Ensino Básico e Secundário	1	1
Trabalhador Auxiliar	5	5
Total	51	51

Os gastos que o CSPC incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016	Variação	
			Valor	%
Remunerações aos Órgãos Sociais		-	-	-
Remunerações ao Pessoal	587 129,36	579 761,99	7 367,37	1,27%
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-
Indemnizações	-	-	-	-
Encargos sobre as Remunerações	127 299,91	143 340,30	(16 040,39)	-11,19%
Seguro Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7 558,00	4 416,20	3 141,80	71,14%
Formação Profissional	1 184,00	740,00	444,00	60,00%
Fardamento	2 384,98	1 540,38	844,60	54,83%
Medicina no trabalho	-	692,85	(692,85)	-100,00%
Segurança e Higiene no trabalho	1 433,98	707,40	726,58	102,71%
Outros gastos	-	750,00	(750,00)	
Total	726 990,23	731 949,12	(4 958,89)	-0,68%

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

O CSPC não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação do CSPC perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Créditos a receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Cientes e Utentes c/c	13 524,33	17 586,85
Utentes	13 524,33	17 586,85
Total	13 524,33	17 586,85

12.2. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	-	226,20
Adiantamentos a Fornecedores	19 686,23	14 622,87
Outros Devedores	10 152,32	17 167,70
Tickets	9 463,59	2 823,75
Despesas automóveis a reembolsar	688,73	688,73
Caritas	-	-
Grenke	-	13 655,22
Perdas por Imparidade	-	-
Total	29 838,55	32 016,77

12.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	5 069,75	7 355,13
Conservação e reparação	-	2 926,57
Medicina Trabalho	-	847,64
Total	5 069,75	11 129,34
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios IEFP	-	-
Total	-	-

12.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	606,86	1 427,14
Depósitos à ordem	408 482,62	94 280,08
Depósitos a prazo	650 000,00	950 000,00
Total	1 059 089,48	1 045 707,22

12.5. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	37.109,73	-	-	37.109,73
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	1.020.679,12	4.432,59	-	1.025.111,71
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	-	-
Resultado líquido do período	4.432,59	-	(6.484,13)	(2.051,54)
Total	1.062.221,44	4.432,59	(6.484,13)	1.060.169,90

12.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Passivo		
Segurança Social	13 642,44	13 855,01
Fundos Compensação	26,67	86,99
Retenção na fonte de Imposto	4 282,00	3 851,25
Total	17 951,11	17 793,25

12.7. Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Pessoal		136,08
Remunerações a pagar	-	-
Outras operações	674,54	136,08
Fornecedores de Investimentos	-	-
Credores por acréscimos de gastos	162 730,60	107 307,97
Outros credores	3 190,19	233,52
Total	165 920,79	107 677,57

12.8. Subsídios, doações e legados à exploração

O CSPC reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações e heranças:	96.768,00	93.009,19
Donativos em numerário	15.999,07	7.300,00
Donativos em espécie	80.768,93	85.709,19
Total	96.768,00	93.009,19

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.9. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	7 604,44	12 963,42
Serviços especializados	102 864,74	116 543,54
Materiais	46 719,12	35 789,16
Energia e fluidos	32 512,10	33 856,65
Deslocações, estadas e transportes	2 231,59	13 703,16
Serviços diversos:		
Limpeza, higiene e conforto	12 081,67	12 572,05
Seguros	7 784,37	7 098,15
Comunicação	4 198,74	7 023,88
Rendas e alugueres	2 810,75	3 159,69
Outros	767,31	132,90
Contencioso e Notariado	111,46	-
Despesas de representação	27,00	-
Total	219 713,29	242 842,60

12.10. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	16 884,22	20 814,39
Descontos de pronto pagamento obtidos	184,22	790,17
Correções relativas a períodos anteriores	-	24 018,28
Restituição impostos	6 806,57	11 530,83
Outros rendimentos e ganhos	638,13	6,52
Total	24 513,14	57 160,19

12.11. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	228,16	442,64
Outros Gastos e Perdas	24 929,77	11 474,62
Quotizações	495,00	12,00
Donativos	-	1 487,26
Correções relativas a períodos anteriores	24 306,55	9 971,95
Multas e penalidades	128,00	-
Outros	0,22	3,41
Total	25 157,93	11 917,26

12.12. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	6,26	188,96
Outros gastos e perdas de financiamento	-	1,01
Total	6,26	189,97
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3 251,09	8 586,40
Total	3 251,09	8 586,40
Resultados financeiros	3 244,83	8 396,43

12.13. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, o CSCP detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Outras aplicações financeiras	2 578,59	1 638,49
Fundos de compensação - FCT	2 578,59	1 638,49
Total	2 578,59	1 638,49

12.14. Demonstração de Resultados por Natureza por Valências

Rendimentos e Gastos	2017									
	Total Centros Custo	Centro Dia	Apoio Domiciliário	Jardim Infância	ATL	Creche	Família e Comunidade			
Vendas e serviços prestados	536 989,02	65 543,26	46 885,61	188 363,79	132 520,65	101 741,92	1 933,79			
Subsídios, doações e legados à exploração	569 256,49	64 235,96	117 664,46	174 718,29	58 965,56	150 622,22	3 050,00			
Variação nos inventários da produção	0,00									
Trabalhos para a própria entidade	0,00									
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-148 245,16	-25 200,31	-19 274,59	-47 437,10	-31 126,59	-25 206,57	0,00			
Fornecimentos e serviços externos	-219 713,29	-35 596,58	-36 905,18	-60 643,05	-42 290,53	-44 277,95	0,00			
Gastos com o pessoal	-726 990,23	-88 095,59	-120 626,58	-214 607,64	-128 818,98	-174 841,44	0,00			
Outros rendimentos e ganhos	24 513,14	3 510,55	5 020,54	6 803,50	3 453,18	5 698,39	26,98			
Outros gastos e perdas	-25 157,93	-3 686,89	-4 563,00	-7 387,72	-3 008,68	-6 511,63	-0,01			
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	10 652,04	-19 289,60	-11 798,74	39 810,07	-10 305,39	7 224,94	5 010,76			
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-15 948,41	-2 312,58	-2 870,75	-4 704,75	-1 913,75	-4 146,58	0,00			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-5 296,37	-21 602,18	-14 669,49	35 105,32	-12 219,14	3 078,36	5 010,76			
Juros e rendimentos similares obtidos	3 251,09	471,39	585,18	959,10	390,15	845,27	0,00			
Juros e gastos similares suportados	-6,26	-0,90	-1,11	-1,85	-0,77	-1,62	-0,01			
Resultado antes de impostos	-2 051,54	-21 131,69	-14 085,42	36 062,57	-11 829,76	3 922,01	5 010,75			
Impostos sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Resultado líquido do período	-2 051,54	-21 131,69	-14 085,42	36 062,57	-11 829,76	3 922,01	5 010,75			

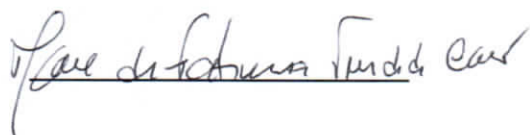
12.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lisboa, 23 de Março de 2018

O Contabilista Certificado



Paula de Fátima Mendes de Carvalho

A DIREÇÃO

